



Governo do Estado de São Paulo
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
Departamento Econômico Financeiro

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 385.00000407/2025-35

Interessado: Guilherme Muraro Derrite, Marcos Gerhardt Lindenmayer, Michel Minerbo, Roberto Antonio Diniz, Tzung Shei Ue

Assunto: Livro de Atas de Reunião do Conselho Fiscal da CETESB nº 10

ATA DA 661ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

31.07.25

Aos trinta e um dias de julho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, por vídeo conferência através da plataforma "Teams", realizou-se a seiscentésima sexagésima primeira reunião do Conselho Fiscal, com a participação dos Conselheiros a seguir citados: senhores GUILHERME MURARO DERRITE, MARCOS GERHARDT LINDENMAYER, MICHEL MINERBO, ROBERTO ANTONIO DINIZ e TZUNG SHEI UE, os empregados da Diretoria de Gestão Corporativa e Sustentabilidade da CETESB: MARCIO NEGRÃO MAROLLA, Gerente do Departamento Econômico Financeiro, ANA ELISA QUEIROZ CORREA, Gerente da Divisão de Operações de Controladoria, GUERINO COLLA, Analista Administrativo e VANILDE VERGILINO, cargo Técnico Administrativo e que secretariou a reunião. Iniciados os trabalhos, em atendimento ao **Item II - Plano de Trabalho Mensal conforme Deliberação CODEC nº 03 de 29/11/2019: Item I da pauta:** Aprovação da ata da 660ª reunião do Conselho Fiscal, de 26/06/2025. A ata foi lida, discutida, votada e aprovada por unanimidade pelos senhores Conselheiros. **Item 4.1 - Demonstrações Financeiras /Contábeis - Analisar os balancetes e/ou demonstrativos financeiros do período.** Com relação aos aspectos contábeis e em atendimento a este item, a senhora Ana Elisa apresentou os resultados contábeis do mês de junho/25. Destacou que as receitas brutas foram de R\$ 59,3 milhões. Os custos dos serviços e produtos vendidos, adicionados às despesas administrativas e outras receitas/despesas, totalizaram R\$ 53,6 milhões. O resultado foi R\$ 5,7 milhões de lucro contábil, decorrente, basicamente, pelo repasse de R\$ 22,8 milhões da TCFA - Ibama. No tocante ao período de janeiro/25 a junho/25, os dados foram os seguintes: as receitas brutas foram de R\$ 318,7 milhões (2024 foram R\$ 292,0 milhões). Os custos dos serviços e produtos vendidos, adicionados aos demais custos, despesas administrativas e outras receitas/despesas, totalizaram R\$ 333,9 milhões (2023 foram R\$ 254,2 milhões). O resultado foi R\$ 15,2 milhões de prejuízo contábil (2023 foi R\$ 37,8 milhões de lucro contábil). A senhora Ana Elisa esclareceu os questionamentos formulados pelos senhores Conselheiros. **Item 4.2 - Fluxo de Caixa - Acompanhar o planejamento financeiro :** O fluxo de

caixa foi disponibilizado, no Portal de Governança, nos seguintes formatos: **a)** o montante previsto para o ano de 2025, com os valores detalhados mês a mês; **b)** o montante realizado em 2025, com os valores detalhados mês a mês e **c)** o montante do período realizado de 2025, adicionado com o montante previsto para o período restante de 2025, ambos com os valores detalhados mês a mês. Estes demonstrativos, assim como os relativos ao item “Orçamento Financeiro” foram disponibilizados no Portal de Governança. **Item 4.3 - Orçamento - Conhecer o orçamento, especialmente quanto à realização de receitas e a execução das despesas de custeio e investimentos:** Foram disponibilizados os quadros comparativos do orçamento previsto com o do orçamento realizado no mês de junho/2025, registrando-se que se trata de “orçamento financeiro”. O senhor Guerino Colla informou que, no tocante às receitas, o montante previsto era R\$ 43,2 milhões e o montante realizado foi R\$ 62,6 milhões. O montante realizado de junho foi superior ao montante previsto, principalmente porque ocorreu o repasse da TCFA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, na importância de R\$ 22,8 milhões. Com relação às despesas, o montante previsto era R\$ 66,4 milhões e o montante realizado foi de R\$ 71,3 milhões, valor este superior ao previsto porque ocorreu o pagamento do PPR 2024. Com relação ao período de janeiro/25 a junho/25, o montante previsto para as receitas era R\$ 328,0 milhões e o montante realizado foi R\$ 347,4 milhões (2024 foram R\$ 307,3 milhões). Com relação as despesas, o montante previsto era R\$ 348,7 milhões e o montante realizado foi de R\$ 353,6 milhões (2024 foram R\$ 332,0 milhões). Registre-se que, no ano de 2025, o montante previsto para as receitas é de R\$ 715,0 milhões e o montante das despesas é de R\$ 779,0 milhões, com base nos dados da 4ª previsão efetuada em 26/06/25. **Item 5.0 - Demonstrativo “Controle de Pendências”:** Com relação ao acompanhamento das pendências, há duas atualizações para o momento, a saber: após a realização de reunião com a senhora Maria Eugênia de L. F. Marolla, Gerente da Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos (PMC), para esclarecimentos sobre os tipos de riscos, o senhor Marcos Lindenmayer informou que, o relatório produzido pela PMC apresenta, em detalhes, a classificação dos diversos riscos pelo grau de exposição. Risco moderado, relevante e essencial. Face ao exposto, a pendência que existia sobre este item poderá ser excluída do Demonstrativo de Pendências. A segunda atualização foi efetuada pelo senhor Marcio Marolla, quando informou que a primeira versão do trabalho elaborado pelo GT sobre preços de licenças será apresentada para a Diretoria e, se aprovado, será apresentado em uma próxima reunião do Conselho Fiscal. **Item 5.1 - Conhecer o plano anual da Auditoria Interna e acompanhar a sua execução:** O senhor Clodoaldo Macedo de Oliveira, atual Gerente do Departamento de Auditoria Interna (PA), compareceu para tratar dos itens 5.1, 5.7 e 5.8 da pauta desta reunião do CF. Com referência ao plano anual da Auditoria Interna, elaborado pelo PA no início de 2025, esclareceu que se encontra disponibilizado no Portal de Governança, material da 655ª reunião do CF, de 30/01/2025. Com relação à sua execução, o PA disponibilizou um relatório que trata das realizações do 2º trimestre de 2025 e o acompanhamento dos acórdãos e relatórios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Cabe destacar que o relatório contempla, em síntese, as principais atividades do Departamento de Auditoria Interna (PA), executadas pelas suas duas Divisões, a saber: Divisão de Auditoria Técnica (PAT) e Divisão de Auditoria Administrativa (PAA). As principais atividades foram as seguintes: a) PAT - Foram realizados trabalhos de apuração de denúncias nas Agências de Botucatu, Itapetininga, Americana e São João da Boa Vista. b) PAA - Com relação as auditorias administrativas, foram concluídas as auditorias relativas a 7 (sete) processos de furtos ou perdas de bens patrimoniais, ocorridos nas seguintes Unidades: Agências de Franca e Dracena (condensadora de aparelho de ar condicionado e receptor GPS), Setor de Hidrologia (sonda multiparâmetros), Divisão de Apoio Técnico à Gestão de Recursos Naturais (notebook), Setor de Águas Subterrâneas e do Solo (medidor de nível), Setor de Eventos (notebook) e Departamento de Fontes Móveis e Emissão (notebook). Foram também auditadas as transações com partes relacionadas. No 3º e no 4º trimestre de 2024 não foram identificadas transações com partes relacionadas, mas foi efetuada uma recomendação para que a área de contratações disponibilize os arquivos para o PA. No 1º trimestre de 2025 foi identificada uma transação que está em processo de averiguação. No início do ano foram realizados dois trabalhos especiais; um trata da avaliação do resultado das metas do PPR2024 (Programa de Participação nos Resultados - 2024) e o outro trata da avaliação do resultado das metas do PN2024 (Plano de

Negócios - 2024). O senhor Clodoaldo esclareceu os diversos questionamentos formulados pelos senhores Conselheiros. **Item 5.3 - Conhecer o plano anual da Auditoria Independente e analisar pareceres e relatórios por ela emitidos:** A empresa AUDILINK & Cia Auditores, contratada em 20/03/25, apresentou sua programação para a realização dos serviços de auditoria referente ao exercício de 2025. De forma resumida, os seguintes demonstrativos deverão ser entregues e nas datas previstas: 1) Relatório do Auditor Independente (RAI) referente às Demonstrações financeiras; 2) Exame do Relatório da Administração e de Sustentabilidade; 3) RAI sobre os três Relatórios de Informações Financeiras Intermediárias (ITR); 4) Relatórios semestrais sobre controle interno: contábil, conciliação bancária, contas a receber, contas a pagar, recursos humanos e TI e 5) Revisão da ECF – Escrituração Digital Contábil Fiscal, **Item 5.5 - Conhecer a estrutura de gerenciamento das Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno e acompanhar o cumprimento das suas atividades, por meio do exame de pareceres e relatórios emitidos pela área.** A senhora Maria Eugênia de L. F. Marolla, Gerente da Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos (PMC) compareceu à reunião acompanhada da senhora Tatiane Renata Trindade Novais, que a substituirá em seu período de licença maternidade. A senhora Maria Eugênia forneceu o relatório referente às atividades desenvolvidas pela PMC, no 2º trimestre de 2025, englobando os itens 5.5, 8.1 e 8.2 da pauta desta reunião. Referido relatório destaca as principais realizações das atividades desenvolvidas com: a) Programa de Integridade (representa 60% do tempo dedicado a esta atividade), b) Conformidade (27%), c) Gestão de Riscos (6%) e d) Controles Internos (7%). No tocante ao Programa de Integridade(a) esclareceu que engloba as seguintes atividades: a.1) Coordenação e Secretaria Executiva do Comitê de Ética, que exige a realização de; a.1.1) Reuniões de Esclarecimentos (12%), a.1.2) Reuniões de Orientação (19%), a.1.3) Outras reuniões (2%), a.1.4) Relatórios administrativos (12%), a.1.5) Termos de Deliberação (0%) e a.1.6) Informações Técnicas – CGE-SP (6%). a.2) Quanto ao Monitoramento das Denúncias: no 2º trimestre foram recebidas 4 denúncias, sendo 1 de improbidade administrativa e 3 de descumprimento de normas administrativas. Em 2025 foram 7 denúncias por descumprimento de normas administrativas, 1 por improbidade administrativa e 1 de conflito de interesse. a.3) Monitoramento dos Riscos e Controles de Integridade: a.3.1) os **riscos de integridade monitorados** foram os seguintes: conflito de interesses, desvio de conduta ética, fraude ou apropriação indébita, práticas de atos de corrupção, prática de atos de prevaricação e assédio moral/sexual; a.3.2) os **controles internos para mitigação:** foram mencionados a “execução do Plano de Sensibilização, Comunicação e Treinamento”, visando aprimorar o aculturamento organizacional, o “monitoramento da caixa de sugestões”, visando obter uma percepção do clima organizacional, os “treinamentos obrigatórios anuais”, sobre Código de Conduta Ética e de Integridade e de Governança Corporativa; a.3.3) **investigação interna**, assegurando a imparcialidade e isenção do processo, para uma condução justa e transparência no estabelecimento de sanções disciplinares. O relatório menciona 243 sanções aplicadas no período de 2019 até junho/25, identificadas por ano e por tipo. a.4) Aculturamento dos Colaboradores: foi elaborado um plano com todas as ações a serem desenvolvidas em 2025. No 2º trimestre foram as seguintes: publicações de matérias na CETESBNET, em 14/04/25, divulgando a Assistente Virtual de Integridade e em 23/05/25, se reportando ao Programa de Integridade da CETESB; realização de atividades de desenvolvimento da equipe da PMC e realização de curso sobre “Governança, Compliance e Integridade da Administração Pública”. Com relação à Conformidade (b) informou que as atividades contemplam as análises de documentos, formulários e termos, bem como aquelas realizadas em consultas provocadas pelas unidades para esclarecimento de dúvidas. Apresentou quadros demonstrativos de quantidades de análises em conformidade e de não conformidade. Com referência à Gestão de Riscos (c) informou que a PMC realizou a análise dos processos conforme o seu grau de exposição aos riscos. Foram classificados os 129 processos, sendo: processos moderados = 4 (3%), processos relevantes = 102 (79%) e processos essenciais = 23 (18%). c.1) Priorização: os processos foram classificados com base em dez critérios, listados no referido relatório, assim como, apresenta os resultados da priorização relacionando, em ranking, os 129 processos. c.2) Definição do Escopo: o referido trabalho de priorização foi apresentado para os Diretores e para o CoAud, onde foi recomendado para se priorizar o mapeamento, com início pelos processos de

“Segurança da Informação” e posteriormente, pelos processos de “Gestão de compras”, “Importação” e “Gestão de Contratos”. c.3) Reuniões de Mapeamento: Foram realizadas reuniões com o CoAud e com o Departamento de Tecnologia da Informação (AI) onde se decidiu que o processo de “Segurança da Informação” foi priorizado para início dos trabalhos. Com relação aos Controles Internos (d) informou que, no primeiro trimestre, foram levantados e quantificados os planos de ação para mitigação dos riscos priorizados estabelecidos na matriz de riscos da CETESB. No relatório do 2º trimestre/25, foram quantificadas 310 ações de mitigação, segregadas por Diretoria e por atividades, com respectivos planos de ação. d.1) Reuniões de Monitoramento: Com os dados coletados, reuniões de monitoramento com as equipes responsáveis pelos processos foram iniciadas para avaliar o desenvolvimento da implantação e/ou implementação de atividades de controles internos destinadas à mitigação de riscos. No relatório foram listados os Planos de Ação, com as respectivas ações relativas a: identificação dos riscos, nível de riscos, o que será feito, por quem, data de início e data planejada para término. As senhoras Maria Eugênia e Tatiane esclareceram os diversos questionamentos formulados pelos senhores Conselheiros, relativos aos itens 5.5, 8.1 e 8.2 abordados nesta reunião, assim como, irão implementar as sugestões recebidos. **Item 5.7 - Conhecer o Relatório emitido pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e acompanhar o atendimento de eventuais recomendações.** O PA, em seu relatório referente as atividades desenvolvidas no 2º trimestre de 2025, não relata recomendações e relatórios que tenham sido emitidos pela CGE. **Item 5.8 - Conhecer os acórdãos e relatórios do Tribunal de Contas do Estado - TCESP e acompanhar o atendimento a eventuais recomendações e/ou determinações.** Com relação ao andamento dos processos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), o PA, em seu relatório de atividades do 2º trimestre de 2025, informa que, no momento, existem 07 processos relativos as contas anuais da CETESB. Os 7 processos, em questão, são do período de 2019 a 2025. Os processos dos anos de 2019 e 2021 já foram julgados regulares. O processo relativo ao exercício de 2022 já recebeu, do MPC, indicativo de sua regularidade. Os demais processos dos exercícios de 2020, 2023 a 2025, estão em análise. Este assunto consta do primeiro relatório do PA, mencionado no item 5.1 e relativo às atividades desenvolvidas no 2º trimestre de 2025. **Item 6.1 - Posição das CND's (Certidões Negativas de Débitos):** Foi disponibilizado no Portal de Governança o quadro resumo atualizado das CND's. Certidão FGTS, vencimento 13/08/25, Certidão Conjunta (Tributos Federais, Previdenciários e Dívida Ativa União) com vencimento em 22/11/25 e certidão de Débitos Trabalhistas, com vencimento em 18/01/26. **Item 6.2 - Certidões de Regularidade Fiscal de Propriedade de Imóveis:** Foi disponibilizada aos senhores Conselheiros a relação das Certidões de Regularidade Fiscal atualizada com vencimento em 06/09/25, para os imóveis da Sede e para as Agências Ambientais, vencimentos diversos até 18/01/26. Registre-se que, tanto as CNDs tributárias quanto as fiscais dos imóveis, também estão disponíveis no site da CETESB/Institucional/Certidões Negativas e Declarações. de propriedade da CETESB. **Item 8.1 - Acompanhar a Aplicação do Código de Conduta e sua Disponibilização** - Este item foi abordado no relatório referente ao primeiro 2º trimestre/25, elaborado pela PMC e registrado no item 5.5 desta ata. A senhora Maria Eugênia esclareceu que, na condição de Secretária Executiva do Comitê de Ética foram realizadas, em 2025, as seguintes atividades: 1) Reuniões do Comitê de Ética = 24 (49%), 2) Reuniões de Orientação = 9 (19%), 3) Outras reuniões = 1 (2%), 4) Relatórios administrativos = 6 (12%), 5) Termos de Deliberação = 1 (0%), 6) Reuniões de Esclarecimentos = 5 (12%) e 7) Informações Técnicas = 3 (6%). **Item 8.2 – Acompanhar os relatórios fornecidos pela unidade responsável pelo recebimento de denúncias relativas a violações ao código de conduta, às políticas e normas da organização da empresa, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração.** Este item foi abordado no relatório, referente ao 2º trimestre de 2025, elaborado pela PMC e registrado no item 5.5 desta ata. O relatório apresenta, em resumo, um posicionamento atualizado sobre o monitoramento das denúncias. Foram recebidas 4 denúncias, sendo 1 de improbidade administrativa (25%) e 3 de descumprimento de normas administrativas (75%). Em 2025, foram 7 denúncias por descumprimento de normas administrativas, 1 por improbidade administrativa e 1 de conflito de interesse. **Item 10.1 - Acompanhar a evolução dos passivos contingentes –** O Departamento Jurídico (PJ), elabora uma Nota Técnica (NT) sobre a evolução dos passivos

contingentes. A atualização do relatório emitido pelo PJ é trimestral, com datas-bases em 31/03, 30/06, 30/09 e 31/12. Foi disponibilizada no Portal de Governança a manifestação do Departamento Jurídico (PJ), relativo ao período de abril/25 a junho/25. De forma resumida, a manifestação do PJ contempla os seguintes assuntos: **a)** Processos Judiciais Cíveis – classificados como “Provável”, em 31/03/25 o montante era de R\$ 17,3 e em 30/06/25 foi de R\$ 16,1 milhões. Classificados como “Possível”, em 31/03/25 o montante era de R\$ 169,2 e em 30/06/25 foi de R\$ 167,0 milhões. **b)** Processos Judiciais Tributários – classificados como “Provável”, em 31/03/25 o montante era de R\$ 22,9 e em 30/06/25 foi de R\$ 23,0 milhões. Classificados como “Possível”, em 31/03/25 o montante era de R\$ 53,2 e em 30/06/25 foi de R\$ 53,4 milhões; **c)** Processos Administrativos Tributários – todos foram classificados como “Possível”, em 31/03/25 o montante era de R\$ 41,0 e em 30/06/25 foi de R\$ 41,3 milhões e **d)** Ações Trabalhistas e Dissídios Coletivos – classificados como “Provável”, em 31/03/25 o montante era de R\$ 18,2 e em 30/06/25 foi de R\$ 18,6 milhões. Classificados como “Possível”, em 31/03/25 o montante era de R\$ 13,7 e em 30/06/25 foi de R\$ 12,7 milhões. **Item 10.3 - Verificar os créditos a receber “considerados liquidação duvidosa”** - Foi disponibilizado um quadro demonstrativo, resumido (data-base 30/06/25), sobre os critérios utilizados para o provisionamento dos principais valores a receber. Os principais são: **a)** Reversão da provisão para contingências trabalhistas = R\$ 2,7 milhões, estorno da despesa, avaliação trimestral pelo Departamento Jurídico (PJ), **b)** Provisões de Indenizações Processos Cíveis = R\$ 5,5 milhões, aumento de despesa, avaliação trimestral pelo PJ, de eventuais estornos contábeis, **c)** Reversão de PECLD - Multas Industriais = (R\$ 4,0) milhões, redução das despesas, avaliação periódica pelo Departamento Econômico Financeiro (AF), de eventuais estornos contábeis e **d)** PECLD - Parcelamentos - R\$ 1,6 milhões, aumento das despesas, avaliação periódica pelo Departamento Econômico Financeiro (AF), de eventuais estornos contábeis. **Item 11.2 - Processos Licitatórios** - Foi disponibilizado o demonstrativo das contratações com valor acima de R\$ 150 mil, referente ao mês de junho/25. As contratações concluídas em junho/25, em síntese, foram as seguintes: **a)** na modalidade de dispensa, 1 (um) processo licitatório no montante de R\$ 648,8 mil e **b)** na modalidade de pregão eletrônico, 2 (duas) contratações no montante de R\$ 2,4 milhões. O total contratado no mês de junho/25 foi de R\$ 3,0 milhões. **Item III - Atas de Reuniões - Conhecer as atas de reuniões da Diretoria, do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais de Acionistas e eventuais documentos acessórios, especialmente aqueles que deram amparo às decisões tomadas - Item 3.1.a - Atas das Reuniões da Diretoria:** A última Decisão de Diretoria disponibilizada no Portal de Governança foi a DD nº 032/25 - reunião 1.242ª da Diretoria Colegiada, de 09/05/25. As DDs posteriores estão em processo de conclusão/assinatura. **Item 3.1.b - Atas do Conselho de Administração (CA):** A última ata disponibilizada no Portal de Governança e no site da CETESB foi da 615ª reunião, de 04/04/25. As atas posteriores estão em processo de conclusão/assinatura. **Item 5.4 - Atas do Comitê de Auditoria (CoAud):** Foram disponibilizadas no Portal de Governança e no site da CETESB, os extratos das atas da 146ª reunião, de 07/05/25, da 147ª reunião, de 13/05/25 e da 148ª reunião, de 23/06/25. **Item IV - Assuntos Diversos:** A senhora Vanilde Vergilino informou que a próxima reunião fica agendada para o dia **28/08/25 (5ª feira)**. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e, para os devidos fins, foi lavrada e assinada a presente ata pelos senhores Conselheiros e empregados da CETESB.

A) GUILHERME MURARO DERRITE, MARCOS GERHARDT LINDENMAYER, MICHEL MINERBO, ROBERTO ANTONIO DINIZ e TZUNG SHEI UE, MARCIO NEGRÃO MAROLLA, ANA ELISA QUEIROZ CORREA, GUERINO COLLA e VANILDE VERGILINO.

São Paulo, na data da assinatura digital.

[NOME DO SIGNATÁRIO]



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Gerhardt Lindenmayer, Subsecretário**, em 28/08/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Antonio Diniz, Chefe de Gabinete**, em 29/08/2025, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tzung Shei Ue, Assessor Técnico De Gabinete IV**, em 29/08/2025, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Estado**, em 02/09/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michel Minerbo, Coordenador**, em 17/09/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guerino Colla, Analista Administrativo**, em 18/09/2025, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanilde Vergilino, Técnico Administrativo**, em 18/09/2025, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Negro Marolla, Gerente de Departamento**, em 19/09/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Elisa Queiroz Correa, Gerente de Divisão**, em 22/09/2025, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0080227813** e o código CRC **A132441A**.